

REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

a. 26

n. 1-2

jan./fev. 2014

Artigos Doutrinários

11

Crimes de colarinho branco (*white-collar crimes*), 11

Élcio Arruda

Crimes contra a Administração Pública, 15

Sebastião Lessa

Uniformização de Jurisprudência

27

Súmula 51

“É legítimo o edital do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que prevê acesso às provas apenas para fins pedagógicos e recurso exclusivamente de ofício”.

Reexame Necessário 0020842-98.2012.4.01.3400/DF

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Acórdãos — Inteiros Teores

41

Corte Especial – Regência. Normas especiais. Efeito. Ultratividade da suspensão, 41

Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela 0012208-65.2011.4.01.0000/PA

Relator: Desembargador Federal Mário César Ribeiro

Corte Especial – Inscrição em programa governamental *Mais Médicos*. Requisitos do edital, 53

Conflito de Competência 0068195-18.2013.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Tolentino Amaral

Primeira Seção – Juízo estadual. Mudança de domicílio após ajuizamento da ação. Alteração da competência. Impossibilidade, 55

Conflito de Competência 0065410-83.2013.4.01.0000/RO

Relator: Juiz Federal Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes (convocado)

Primeira Seção – Servidor. Transposição de cargos sob a égide da Constituição pretérita. Critério de enquadramento. Aproveitamento do tempo de serviço, 57

Numeração única: 0025500-30.2005.4.01.0000

Embargos Infringentes 2005.01.00.056761-0/DF

Relatora: Desembargadora Federal Neuza Alves

Segunda Seção – Suspensão de plano de manejo florestal sustentável. Exercício de atividade econômica sob livre iniciativa. Autorização legítima de exploração de madeira. Submissão à fiscalização pelos órgãos competentes, 60

Mandado de Segurança Criminal 0053769-35.2012.4.01.0000/MT

Relator: Desembargador Federal Olindo Menezes

Segunda Seção – Ação de improbidade administrativa. Criação e instalação de nova vara federal. Aplicação do princípio da *perpetuatio jurisdictionis*. Não alteração da competência territorial anteriormente firmada, 63

Conflito de Competência 0036859-93.2013.4.01.0000/MA

Relator: Desembargador Federal Ítalo Mendes

Sumário

Terceira Seção – Impetração contra autoridade judiciária de primeiro grau. Suposta omissão relativa ao cumprimento de decisões anteriores, 66

Numeração única: 0015903-08.2003.4.01.0000

Mandado de Segurança 2003.01.00.018420-8/AM

Relator: Desembargador Federal Carlos Moreira Alves

Terceira Seção – Acórdão. Omissão. Questão prejudicial de decadência. Matéria de ordem pública. Exame independentemente de provocação das partes, 69

Numeração única: 0002894-37.2007.4.01.0000

Embargos de Declaração na Ação Rescisória 2007.01.00.003290-4/DF

Relator: Desembargador Federal Carlos Moreira Alves

Quarta Seção – Embargos à execução fiscal. Verba honorária, 70

Ação Rescisória 0063389-08.2011.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Novély Vilanova

Quarta Seção – Plano de demissão incentivada. Indenização por tempo de serviço. IRRF. Não incidência. Ausência de mera liberalidade, 72

Numeração única: 0026640-45.2009.4.01.3400

Embargos Infringentes 2009.34.00.027154-5/DF

Relator: Desembargador Federal Tolentino Amaral

Primeira Turma – Possibilidade de habilitação incidental dos sucessores do segurado falecido. Desnecessidade de abertura de inventário para o levantamento de parcelas previdenciárias, 74

Numeração única: 0006398-30.1989.4.01.3800

Apelação Cível 89.00.04924-0/MG

Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

Primeira Turma – Aposentadoria. Renúncia. Concessão de novo benefício. Desaposentação. Possibilidade. Direito patrimonial disponível, 77

Apelação Cível 0028608-69.2012.4.01.3800/MG

Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

Segunda Turma – Reversão de pensão às filhas de ex-combatente. Falecimento da mãe. Aplicação da norma vigente à época do óbito do militar, 82

Numeração única: 0013505-66.2005.4.01.3800

Apelação Cível 2005.38.00.013612-0/MG

Relatora: Desembargadora Federal Neuza Alves

Segunda Turma – Aposentadoria rural por idade. Início de prova material. Propriedade de grande extensão, 85

Numeração única: 0023760-07.2013.4.01.9199

Relator: Juiz Federal Márcio Barbosa Maia (convocado)

Terceira Turma – Crime de atentado contra a segurança de transporte fluvial. Materialidade e autoria. Estado de necessidade, 89

Numeração única: 0005757-08.2003.4.01.3200

Apelação Criminal 2003.32.00.005757-4/AM

Relatora: Desembargadora Federal Mônica Sifuentes

Terceira Turma – Uso de documento falso. Visto consular falsificado. Competência da Justiça Federal, 94

Numeração única: 0031062-32.2006.4.01.3800

Apelação Criminal 2006.38.00.031610-3/MG

Relator: Juiz Federal Alexandre Buck Medrado Sampaio (convocado)

Quarta Turma – Particulares e agentes públicos. Atos de improbidade. Submissão às mesmas regras de prescrição, 97

Numeração única: 0020463-02.2008.4.01.3400

Apelação Cível 2008.34.00.020550-8/DF

Relator: Desembargador Federal Olindo Menezes

Quarta Turma – Tribunal do Júri. Princípio do promotor natural, 106*Habeas Corpus* 0055568-79.2013.4.01.0000/MG

Relator: Juiz Federal Marcus Vinicius Reis Bastos (convocado)

Quinta Turma – Princípio da isonomia. Programas do Ministério da Cultura. Destinação exclusivamente a negros e pardos. Ações afirmativas, 111

Agravo de Instrumento 0029353-66.2013.4.01.0000/MA

Relator: Desembargador Federal João Batista Moreira

Quinta Turma – Concurso público. Prova de títulos. Doutorado. Desconsideração em face da antiguidade. Falta de razoabilidade. Invalidação, 131

Numeração única: 0016136-68.2009.4.01.3500

Apelação/Reexame Necessário 2009.35.00.016222-7/GO

Relator: Desembargador Federal João Batista Moreira

Sexta Turma – Entrada e permanência de estrangeiro em território brasileiro. Existência de família residente no País, 135

Reexame Necessário 0008655-63.2010.4.01.4100/RO

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Sexta Turma – Ressarcimento ao Erário. Patrimônio da CEF decorrente de sua participação na composição dos recursos da Funcef, 137

Apelação Cível 0036625-04.2010.4.01.3400/DF

Relatora: Juíza Federal Hind Ghassan Kayath (convocada)

Sétima Turma – Contribuição previdenciária. Operadora de plano de saúde. Valores pagos a médicos e empresas credenciadas. Não incidência, 143

Apelação Cível 0014457-71.2011.4.01.3400/DF

Relator: Juiz Federal Rodrigo de Godoy Mendes (convocado)

Sétima Turma – Eficácia preclusiva da coisa julgada. Sentença que extinguiu a execução anulada. Prosseguimento da execução, 145

Numeração única: 0001209-46.2004.4.01.3800

Apelação Cível 2004.38.00.001203-0/MG

Relator: Desembargador Federal Reynaldo Fonseca

Oitava Turma – Arguição de inconstitucionalidade. Apreensão de veículo. Liberação condicionada ao pagamento de multa. Ofensa ao direito de propriedade e aos princípios constitucionais do contraditório e do devido processo legal, 150

Numeração única: 0000151-60.2004.4.01.4300

Apelação/Reexame Necessário 2004.43.00.000151-0/TO

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Sumário

Oitava Turma – Contribuição previdenciária. Remuneração paga pelo empregador nos primeiros quinze dias de afastamento do empregado por motivo de doença ou acidente. Reflexos, 152

Apelação Cível 0006451-93.2011.4.01.3200/AM

Relator: Juiz Federal Clodomir Sebastião Reis (convocado)

Quinta Turma Suplementar – PIS. Entidade de previdência complementar fechada. Base de cálculo. Faturamento, 165

Numeração única: 0039374-04.2004.4.01.3400

Apelação/Reexame Necessário 2004.34.00.048475-0/DF

Relator: Juiz Federal Grigório Carlos dos Santos (convocado)

Sexta Turma Suplementar – Ação cautelar incidental. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário discutido em juízo, 174

Numeração única: 0019006-13.2009.4.01.0000

Medida Cautelar Inominada 2009.01.00.019732-6/DF

Relator: Juiz Federal Itelmar Raydan Evangelista (convocado)

Sétima Turma Suplementar – Entidades fechadas de previdência complementar. Imposto de Renda. Incidência sobre ganhos obtidos em aplicações financeiras e superávits contábeis, 178

Numeração única: 0005886-90.2002.4.01.3800

Apelação/Reexame Necessário 2002.38.00.005847-2/MG

Relator: Juiz Federal Carlos Eduardo Castro Martins (convocado)

Decisões Monocráticas

189

Incrá. Determinação de depósito do valor deduzido da oferta a título de passivo ambiental, 189

Agravo de Instrumento 0001217-25.2014.4.01.0000/MG

Relator: Juiz Federal Henrique Gouveia da Cunha (convocado)

Recurso especial. Discussão de valor arbitrado a título de honorários advocatícios, 191

Numeração única: 0038856-24.2007.4.01.0000

Recurso Especial em Apelação/Reexame Necessário 2007.01.00.036940-3/AM

Relator: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

Determinação de emenda da petição inicial. Adequação ao procedimento do mandado de injunção, 192

Agravo de Instrumento 0068210-84.2013.4.01.0000/GO

Relatora: Desembargadora Federal Selene Almeida

Pedido de revogação da prisão preventiva, 195

Habeas Corpus 0001800-10.2014.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Cândido Ribeiro

Redirecionamento do feito executivo para as pessoas físicas e jurídicas com relação de grupo econômico com as sociedades executadas na origem, 196

Agravo de Instrumento 0066756-69.2013.4.01.0000/MG

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Reconhecimento da existência de grupo econômico e pedido de redirecionamento das execuções aos sócios e administradores, 200

Agravo de Instrumento 0073849-83.2013.4.01.0000/GO

Relator: Juiz Federal Rodrigo de Godoy Mendes (convocado)

Suspensão de julgamento de processo administrativo do Cade, que apura suposta prática de infração à ordem econômica — formação de cartel, 205

Agravo de Instrumento 0004708-40.2014.4.01.0000/DF
Relatora: Juíza Federal Hind Ghassan Kayath (convocada)

Suspensão de licitação. Departamento de Polícia Federal, 207

Agravo de Instrumento 0003253-40.2014.4.01.0000/DF
Relatora: Desembargadora Federal Selene Almeida

Anvisa. Suspensão da determinação de reutilização de insumos. Prejuízo à saúde dos diabéticos. Eficácia da decisão para todo o território nacional, 209

Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela 0004550-82.2014.4.01.0000/PA
Relator: Desembargador Federal Mário César Ribeiro

Réu em processo penal x testemunha em processo administrativo. Pedido para ser ouvido como testemunha, em processo administrativo, após interrogatório na seara criminal. Violação ao princípio do *nemo tenetur se detegere*, 213

Agravo de Instrumento 0063367-76.2013.4.01.0000/DF
Relator: Desembargador Federal Ney Bello

Execução. Destacamento de honorários advocatícios contratuais do montante da condenação. Expedição da RPV. Resolução 115/2010, do Conselho da Justiça Federal, 215

Agravo de Instrumento 0013271-57.2013.4.01.0000/MG
Relatora: Desembargadora Federal Ângela Catão

Terminal Petroquímico de Miramar/PA. Inclusão em processo licitatório. Garantia de prorrogação do contrato administrativo, 219

Agravo de Instrumento 0006225-80.2014.4.01.0000/DF
Relator: Juiz Federal Márcio Barbosa Maia (convocado)

Cobrança da Tarifa de Armazenagem de Mercadorias submetidas ao Regime de Trânsito Aduaneiro, independentemente da utilização dos serviços, 221

Agravo de Instrumento 0061058-82.2013.4.01.0000/DF
Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Medidas cautelares. Objetivo de atribuir efeito suspensivo a recurso especial. Natureza jurídico-processual de mero incidente, 222

Medida Cautelar Inominada 0005804-90.2014.4.01.0000/MG
Relator: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

JEFs em Revista**225****Incorporação de quintos. Prazo prescricional, 225**

Pedilef 5005463-03.2012.4.04.7101
Relator: Juiz Federal Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves

Aposentadoria por idade. Erro da Administração. Valores recebidos de boa-fé. Irrepetibilidade, 226

Pedilef 0507679-12.2007.4.05.8200
Relatora: Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cúcio

Breviário

229

- Servidor público federal. Demissão. Devido processo legal. Observância.
- Reintegração de posse. Esbulho recente.
- Medida cautelar. Justificação. Preparatória de ação rescisória. Improbidade administrativa.
- Mandado de segurança contra ato de juiz federal. Portador de necessidades especiais. Não caracterização como deficiência física.
- Agravo regimental. Mandado de segurança prejudicado. Perda de objeto. Provimento de recurso.
- Auxílio-doença. Falecimento da parte-autora no curso do processo. Habilitação e direitos dos herdeiros aos créditos pretéritos.
- Delitos de registro de filho alheio como próprio e declaração falsa em processo de alteração de visto de estrangeiro.
- Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.
- Reintegração de posse. Propriedade particular. Título formalmente regular e efetiva exploração econômica. Ocupação recente por indígenas. Posse imemorial.
- Responsabilidade objetiva do Estado. Verba reconhecida em reclamação trabalhista. Apropriação indevida por advogado desabilitado nos autos. Valor não repassado aos sucessores legais do trabalhador falecido.
- Propaganda de medicamentos. Exigência de lei federal. Auto de infração.
- Direito internacional. Menor. Repatriação.
- Execução fiscal. Fraude à execução. Alienação de bens imóveis. Citação.

Repositórios Oficiais de Jurisprudência

237

Instruções Editoriais

239